



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**Instrução nº 2524/2011**

Dispõe sobre medidas para fiscalização de serviços de emissão de CFO – Certificado Fitossanitário de Origem e CFOC - Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado.

O Presidente do Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo, Engenheiro José Tadeu da Silva, no uso de suas atribuições, e:

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa nº 54, de 04 de dezembro de 2007, do MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, aprova a Norma Técnica para Permissão de Trânsito de Vegetais – PTV – e que esta norma exige a apresentação do CFO ou CFOC para emissão da PTV;

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa nº 55, de 04 de dezembro de 2007, do MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, aprova Norma Técnica para utilização do Certificado Fitossanitário de Origem – CFO – e do Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado – CFOC;

CONSIDERANDO a exigência da Certificação Fitossanitária pela Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais;

CONSIDERANDO a importância da manutenção do Patrimônio Fitossanitário Nacional e da garantia dos procedimentos de certificação fitossanitária, para a preservação da competitividade da agricultura brasileira;

CONSIDERANDO que as emissões de CFOs e CFOCs são atividades técnicas e que só podem ser exercidas por Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal, após credenciamento específico, conforme estabelece o art. 6º da Norma Técnica para utilização do Certificado Fitossanitário de Origem – CFO – e do Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado – CFOC;

CONSIDERANDO que as emissões dos CFOs e CFOCs são complementos de assistência técnica à cultura;

CONSIDERANDO que, por tratar-se de contrato escrito ou verbal, é devido o recolhimento de ART (Lei Federal 6.496/77), em função do valor do contrato de Assistência Técnica à cultura.

CONSIDERANDO o deliberado pela Câmara Especializada de Agronomia, constante no processo C-36/00, no qual manifesta-se pela criação desta Instrução para regulamentação de providências para a fiscalização;

**DETERMINA:**

Artigo 1º - O cumprimento da Norma Técnica para utilização do Certificado Fitossanitário de Origem – CFO – e do Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado – CFOC, aprovada pela Instrução Normativa nº 55/07 do MAPA, que estabelece a obrigatoriedade de registro regular do profissional no CREA-SP, conforme seu artigo 7º, e de habilitação específica, conforme seus artigos 6º a 9º.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

Artigo 2º - que todo CFO – Certificado Fitossanitário de Origem – ou CFOC – Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado, deve ter vínculo à ART referente ao contrato da prestação de serviços de assistência técnica do profissional com a cultura.

Artigo 3º - O cumprimento da Norma Técnica para utilização do Certificado Fitossanitário de Origem – CFO – e do Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado – CFOC, aprovada pela Instrução Normativa nº 55/07 do MAPA, no que determina seu artigo 23, parágrafos 1º ao 6º, com respeito à manutenção do Livro de Acompanhamento das atividades técnicas para emissão do CFO ou CFOC.

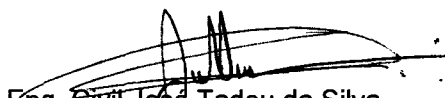
Artigo 4º - Que, na fiscalização, caso seja constatado que o profissional não possui ART recolhida, deverá ser notificado a recolher, como orientação mas, em caso de reincidência, deverá ser autuado, pela falta de recolhimento da ART (artigo 1º da Lei nº 6.496/77).

Artigo 5º – Que todo profissional fiscalizado e encontrado em situação irregular deverá ter seu nome oficiado à CDA-ESP – Coordenadoria da Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo, para que aquele órgão tome as providências cabíveis conforme a legislação vigente.

Artigo 6º – Que contra todo profissional descredenciado pela CDA-ESP – Coordenadoria da Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo, cujo descredenciamento seja notificado ao Conselho e cuja atuação seja considerada irregular, seja instaurado processo de ordem SF para apuração de falta ética, em conformidade ao artigo 71 da Lei 5.194/66, oficiando-se à Coordenadoria sua abertura.

Artigo 7º - Esta Instrução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Instrução nº 2433/05.

São Paulo, 17 de janeiro de 2011.

  
Eng. Civil José Tadeu da Silva  
Creasp nº 0600536263  
Presidente